

ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.586/2005 – SGAP.

Autoriza o Poder Executivo, a fazer cessão de uso do imóvel pertencente a este município a Associação Comunitária Rural do Sítio Caiçara II, conforme especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA, e eu SANCIONO a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o uso do imóvel, onde funcionou a Escola Municipal de Ensino Fundamental do Sítio Caiçara II, localizado no Sítio Caiçara II, zona rural deste Município, a Associação Comunitária Rural do Sítio Caiçara II, entidade associativista devidamente inscrita no CNPJ nº 02.579.906/0001-38.

Art. 2º - O imóvel ora cedido, destina-se exclusivamente, ao funcionamento da referida Associação, servindo-lhe como sede pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser renovado, caso haja interesse das partes, tornando a presente cessão nula de pleno direito, se outro destino for dado ao imóvel ora cedido.

Art. 3º - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a realizar os atos necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Cardeas

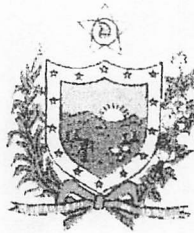
Art. 5º - Revogadas às disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA,
em 27 de junho de 2005.



DR. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.588/2005 – SGAP.

Abre crédito especial para fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DECRETA e eu SANCIONO a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser repassado a ASSOCIAÇÃO DE MICROCRÉDITO – BANCO DO POVO DE CAJAZEIRAS, para garantir a execução de projetos de geração de emprego e renda e qualificação de mão-de-obra, com a seguinte classificação:

07.00 – SECRETARIA DE CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0010 – Promoção Social

2065 – Manutenção das Atividades da Associação de Microcrédito – Banco do Povo de Cajazeiras

3.3.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos..... R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

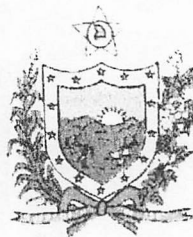
Art. 2º - Para fazer às despesas decorrentes da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar os recursos previstos nos artigos 7º e 43, inciso I, II, III e IV da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Cajazeiras – PB, em 29 de Agosto de 2005.


Carlos Antonio Araújo de Oliveira

Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.589/2005 – SGAP.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE MICROCRÉDITO – BANCO DO POVO DE CAJAZEIRAS para cooperação mútua na geração de emprego e renda, conforme específica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DECRETA, e eu **SANCIONO** a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE MICROCRÉDITO – BANCO DO POVO DE CAJAZEIRAS, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para cooperação mútua na geração de emprego e renda e qualificação de mão-de-obra.

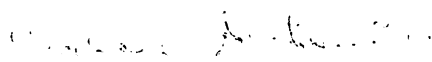
Art. 2º - Para atender ao fins do convênio e garantir a execução de projetos de geração de emprego e renda e qualificação de mão-de-obra, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros em favor da ASSOCIAÇÃO DE MICROCRÉDITO – BANCO DO POVO DE CAJAZEIRAS.

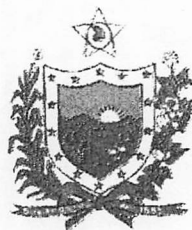
Art. 3º - Os recursos a que se refere o artigo anterior, deverão estar previstos em rubrica própria, constante do orçamento vigente.

Art. 4º - A forma de repasse e da prestação de contas da aplicação do recursos, deve ser determinada em instrumento próprio a ser celebrado entre o Poder Executivo Municipal e ASSOCIAÇÃO DE MICROCRÉDITO – BANCO DO POVO DE CAJAZEIRAS, atendendo às normas que regem o controle da despesa pública e com base na Lei Federal nº 9.790/99, que regulamentou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS -- ESTADO DA PARAÍBA,
29 de Agosto de 2005.


Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.590/2005 – SGAP.

Altera a Lei Municipal nº 1.167, de 25 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação, conforme especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS (PB), faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e EU SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 1.167/97, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º - O Conselho Municipal de Educação instituído nos termos deste artigo terá 09 (nove) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, por indicação das seguintes entidades:

I - 03 representantes do Poder Executivo indicados pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação;

II - 02 representantes de professores do Sistema Municipal de Ensino, indicados por entidades representativas do Magistério Público Municipal;

III - 01 representante dos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Ensino, indicado por eleição direta entre seus pares;

Cordeiro

IV - 01 representante de professores da UFCG – Campus de Cajazeiras – PNB, indicado pela direção da referida instituição;

V - 01 representante da 9ª Região de Ensino da Secretaria Estadual de Educação da Paraíba, indicado pela direção da referida instituição;

VI - 01 representante do Magistério da Educação Infantil de Instituição de Ensino Privado do Sistema Municipal de Ensino, indicado por sua entidade representativa”

Art. 2º - Fica alterado o parágrafo 5º do artigo 3º da Lei 1.167/97, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 5º - Os membros efetivos e respectivos suplentes serão nomeados, a termo, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, para mandato de 03 (três) anos, permitindo-se uma recondução consecutiva”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB, em 06 de setembro de 2005.


Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.167-GP/97.

Cria o CONSELHO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
e adota providências
complementares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE
CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faço saber que Câmara
Municipal de Cajazeiras-PB, Decreta e eu sanciono a presente Lei.

TÍTULO I CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

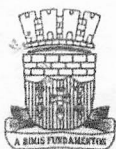
CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FUNÇÕES, OBJETIVOS, VINCULAÇÃO E ÁREA DE JURISDIÇÃO

Art. 1º - Fica criado no âmbito da administração do Município de Cajazeiras o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, órgão do SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, de caráter permanente e participativo, de funções normativa, deliberativa, consultiva e fiscalizadora que tem por objetivos gerais estabelecer a política e as diretrizes Educacionais do Município de Cajazeiras.

Parágrafo Único - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO é vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras e tem jurisdição sobre todo o território do Município.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA E CONSTITUIÇÃO



Art. 2º - Compete ao CONSELHO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO:

I- Diagnosticar a realidade educacional do Município e propor medidas ao Sistema Municipal de Ensino para sua melhoria;

II - Coordenar o processo de definição de políticas e diretrizes municipais de educação, promovendo a colaboração entre o Sistema Municipal de Ensino e os demais Sistemas de Ensino no âmbito do Município;

III- Participar da elaboração do orçamento da educação em conformidade com o estabelecido pelos artigos 169 e 171 da Lei Orgânica do Município de Cajazeiras e observar o cumprimento da aplicação dos recursos a ela destinados, respeitada a aprovação pela Câmara Municipal, da proposta orçamentária;

IV - Autorizar, credenciar os estabelecimentos de ensino e, ainda, avaliar a conveniência da criação de novas escolas e cursos, bem como, a ampliação de unidades já existentes, propondo medidas à Secretaria Municipal de Educação;

V - Autorizar, credenciar e pronunciar-se sobre o funcionamento de Instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

VI - Avaliar e pronunciar-se sobre acordos, convênios e similares a serem firmados pelo Poder Público Municipal com os demais Poderes Governamentais, ou com o setor privado, no âmbito educacional;

VII - Sugerir políticas de qualificação dos profissionais da educação do Sistema Municipal de Ensino, objetivando a habilitação e qualificação para o magistério, em especial, à formação continuada;

VIII - Emitir pareceres sobre assuntos educacionais e questões de natureza pedagógica pertinente ao Sistema municipal de Ensino que lhe forem submetidos;

IX - Fiscalizar o cumprimento das disposições constitucionais e legislação específica em matéria de educação, fazendo-se representar junto às autoridades competentes quando for o caso;

X - Interpretar a Legislação vigente pertinente à educação, propondo a devida adequação às peculiaridades do Sistema Municipal de Ensino;

XI - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO é constituído por 09 (nove) membros titulares, conduzidos por nomeação específica do Chefe do Executivo Municipal, de pessoas de comprovada competência e ampla experiência em educação.

§ 1º - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO compor-se-á da seguinte forma:

a) 03(três) conselheiros de livre escolha do chefe do Executivo Municipal por indicação do Secretário Municipal de Educação, observando as exigências do caput deste artigo;

b) 02(dois) conselheiro docentes indicados por entidades representativas do Magistério Público do Sistema Municipal de Educação;

c) 01(um) conselheiro indicado pelo conjunto de Conselhos de Escola das Escolas Públicas do Sistema Municipal de Educação, por eleição direta entre seus pares observado o estabelecido no caput deste artigo;

d) 01(um) conselheiro indicado por entidade representativa dos Docentes da Educação Profissional do Sistema Federal de Ensino, desde que sua atuação não se dê em cursos mantidos por Instituição Federal de Ensino Superior;

e) 01(um) conselheiro indicado pela entidade representativa do Magistério Superior de Instituição Federal de Ensino Superior, observada a exigência de o profissional exercer o magistério em Cajazeiras;

f) 01(um) conselheiro indicado por entidades representativas do magistério da Educação Infantil de Instituição de Ensino Privado do Sistema Municipal de Ensino.

§ 2º - A Presidência e a Secretaria Executiva do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO terão funcionamento permanente, sendo que seus titulares farão jus a gratificações assim estabelecidas:

FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO
Presidente	Correspondente a profissional da educação com licenciatura plena em cargo comissionado de Chefia de Divisão da Secretaria Municipal de Educação (CCS 3)
Secretário	Idem



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

GABINETE DO PREFEITO

§ 3º - Fica estabelecida a concessão de pro labore aos conselheiros, pago por reunião, mediante cálculo de 4% sobre a gratificação paga ao Presidente do CONSELHO.

§ 4º - A cada membro efetivo do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, corresponde 01 (um) suplente indicado e nomeado segundo o que estabelece e exige o artigo 3º (terceiro) desta Lei.

§ 5º - Os membros efetivos e respectivos suplentes serão nomeados, a termo, Pelo Chefe do Executivo Municipal, para mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única recondução para cumprir mandato de igual período.

§ 6º - Os mandatos dos conselheiros de que trata a alínea (a) do parágrafo 1º (primeiro) do artigo 3º (terceiro) encerrar-se-ão ao término do período do mandato constitucional do Prefeito Municipal, independentemente da data do ato de suas nomeações.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO terá seu funcionamento disciplinado pelo Regimento Interno obedecidas as seguintes normas básicas:

I - O Plenário é Instância de deliberação máxima do CONSELHO;

II - O CONSELHO reunir-se-á em sessões ordinárias, cuja periodicidade deverá estar estabelecida no seu Regimento Interno e em sessões extraordinárias quando motivos de ordem assim o exigirem;

III - as decisões do CONSELHO terão a forma de Resoluções, que deverão ter publicidade oficial;

IV - as sessões do CONSELHO serão públicas e suas convocações previamente divulgadas através dos meios de comunicação.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - A Secretaria de Educação prestará apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

Art. 6º - Para assegurar o melhor desempenho de suas funções, o **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** poderá, a seu critério, recorrer a pessoas e instituições observados os seguintes critérios:

I - Consideram-se colaboradores do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, instituições de formação de recursos humanos para a educação e entidades representativas dos profissionais e usuários dos serviços de educação, sem embargo da condição de membro do **CONSELHO**;

II - pessoas de instituição de notória especialização em assuntos pertinentes à educação.

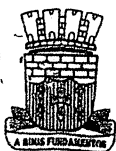
Art. 7º - O Regimento Interno do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, será elaborado e aprovado por ele e imediatamente remetido ao Chefe do executivo Municipal para homologação.

Art. 8º - Ficam criados no quadro de provimento em comissões da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, os cargos em comissão de Presidente do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e de Secretário Executivo do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, auferindo gratificações em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º (segundo) do artigo 3º (terceiro) desta Lei.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - As despesas decorrentes da implantação e funcionamento do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, correrão por conta da dotação orçamentária vigente, destinada ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 10º - No prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da data de instalação do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

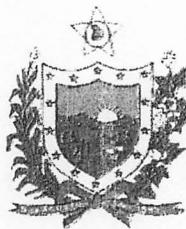
GABINETE DO PREFEITO

deverá ser homologado, pelo Chefe do Executivo Municipal, o seu Regimento Interno.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CAJAZEIRAS-PB, em 25 de novembro de 1997.**


Dr. EPITÁCIO LEITE ROLIM
Prefeito Municipal



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

LEI Nº 1.591/2005 – SGAP.

Denomina de LUCIÊ MARTINS DE OLIVEIRA o Centro de Comercialização e Produtos Artesanais do Distrito de Divinópolis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal DECRETA e eu SANCIONO a presente Lei:

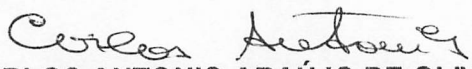
Art. 1º. Fica denominada de LUCIÊ MARTINS DE OLIVEIRA o Centro de Comercialização e Produtos Artesanais do Distrito de Divinópolis, como uma justa homenagem do Poder Legislativo Cajazeirense.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento desta lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 06 de setembro de 2005.


Dr. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.592/2005.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a efetuar doações sem encargos, de terrenos para construção de residências de baixa renda, regulariza doações anteriores conforme especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar doações sem encargos, de terrenos para construção, às pessoas constantes da relação anexa, que fica fazendo parte desta Lei, objetivando a construção de casas de alvenaria, nos endereços mencionados na citada relação.

§ 1º - Objetivam ainda as doações, regularizar as posses de doações feitas irregularmente pelo Poder Público Municipal, em administrações anteriores.

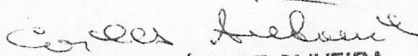
§ 2º - Ficam legalmente resguardados os direitos de terceiros, adquiridos anteriormente a presente lei, quando devidamente comprovados junto ao Setor Competente da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Os terrenos ora doados têm os limites, descritos na relação anexa, supramencionada, e deverão permanecer com os mesmos números de cadastros, conforme registros do setor competente da Edilidade Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 21 de Outubro de 2005


CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

ANEXO I

ANTONIO GILMAR FERNANDES
RUA: JOSEFA GUIMARÃES COELHO, S/N BAIRRO: CAIC
CPF: 226.646.533-34
INSCRIÇÃO CADASTRAL: ZONA 4 LOTE 10
TERRENO DIMENSÕES: 11,00 X 14,00 = 154,00m²

FRANCISCA VIEIRA ROLIM
RUA: PROJETA, S/N BAIRRO: CAIC
CPF: 911.149.934-68
INSCRIÇÃO CADASTRAL: QUADRA 01 LOTE 02
TERRENO DIMENSÕES: 10,00 X 17,40m = 174,00m²

RAIMUNDA NONATA FERREIRA DE ALENCAR
RUA: CEL. VITAL ROLIM, SN BAIRRO: TANCREDO NEVES
CPF: 490.553.484-49
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.017.0045.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 8,00 X 25,00 = 200,00m²

VALDÉCIO LACERDA CAMPOS
RUA: JONAS AZEVEDO CAMPOS, 19 BAIRRO: TANCREDO NEVES
CPF: 440.151.605-25
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.021.0056.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 9,00 X 24,00 = 220,50m²

IRINEIDE SANTOS LEANDRO
RUA: PROJETADA, S/N BAIRRO: CAIC
CPF: 900.916.824-95
INSCRIÇÃO CADASTRAL: QUADRA 02 LOTE 15
TERRENO DIMENSÕES: 10,00 X 17,00 = 170,00m²

RAIMUNDO RODRIGUES DE LIRA
RUA: PROJETADA EE, S/N BAIRRO: CAIC
CPF: 646.598.604-34
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.261.0132.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 6,50 X 13,00 X 20,00 X 21,00 = 119,88m²

ANTONIO PEREIRA RAMOS
RUA: FRANCISCA N. ALBUQUERQUE, 365 BAIRRO: MUTIRÃO
CPF:
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.247.0034.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 10,00 X 23,00 = 253,00m²

Cordeas

X

X

ELMA MARIA DE OLIVEIRA
RUA: PEDRO MORENO GONDIN, 875 BAIRRO: REMÉDIOS
CPF: 527.100.174-15
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 02.155.0096.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 8,40 X 30,00 = 252,00m²

FELIPE MARCELINO DA SILVA
RUA: ANTONIO FERNANDES DA SILVA, S/N BAIRRO: VILA NOVA
CPF: 0612.673.134-58
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 03.114.0198.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 5,70 X 18,38 = 104,80m²

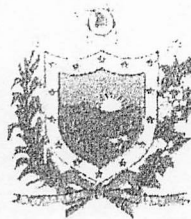
SORAIA PEREIRA DA SILVA
RUA: ANTONIO PEREIRA FILHO, 401 BAIRRO: POR DO SOL
CPF: 646.551.724-87
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.057.0046.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 7,90 X 18,44 = 145,70m²

CEZAR BRAGA RODRIGUES
RUA: ANTONIO FERNANDES DA SILVA, S/N BAIRRO: VILA NOVA
CPF: 259.987.608-75
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 03.090.0089.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 6,00 X 20,00 = 70,56m²

MARILEIDE ROCHA FERREIRA
RUA: FRANCISCA N. ALBUQUERQUE, 355 BAIRRO: MUTIRÃO
CPF: 840.843.834-49
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.247.0040.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 6,10 X 30,00 = 183,00m²

MARIA APARECIDA RAMOS DE SOUSA
RUA: FRANCISCA N. ALBUQUERQUE, 325 BAIRRO: MUTIRÃO
CPF: 918.319.464-91
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.247.0062.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 8,20 X 23,00 = 188,60m²

Carlos



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.593/2005.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a efetuar doações sem encargos, de terrenos para construção de residências de baixa renda, regulariza doações anteriores conforme específica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar doações sem encargos, de terrenos para construção, às pessoas constantes da relação anexa, que fica fazendo parte desta Lei, objetivando a construção de casas de alvenaria, nos endereços mencionados na citada relação.

§ 1º - Objetivam ainda as doações, regularizar as posses de doações feitas irregularmente pelo Poder Público Municipal, em administrações anteriores.

§ 2º - Ficam legalmente resguardados os direitos de terceiros, adquiridos anteriormente a presente lei, quando devidamente comprovados junto ao Setor Competente da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Os terrenos ora doados têm os limites, descritos na relação anexa, supramencionada, e deverão permanecer com os mesmos números de cadastros, conforme registros do setor competente da Edilidade Municipal.

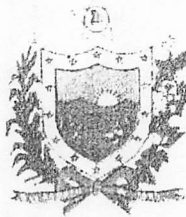
Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – Estado da Paraíba, 21 de Outubro de 2005

CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

ANEXO I

MARIA SILVA SOUZA
RUA: ANTONIO FERNANDES, 30 BAIRRO: VILA NOVA I
CPF: 486.239.544-91
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 03.114.0082.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 5,90 X 26,00 = 153,40m²

JACINTO ALVES DE FARIAS
RUA: ANDRÉ CUNHA ROLIM, 63 BAIRRO: REMÉDIOS
CPF: 518.744.324-15
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.042.0047.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 4,40 X 12,40m = 54,60m²

ANTONIO NUNES FERREIRA
RUA: PEDRO MORENO GONDIM, 913 BAIRRO: REMÉDIOS
CPF: 808.253.264-72
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 02.155.0052.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 7,30 X 30,00 = 203,00m²

NARCIZO FLORÊNCIO DE SOUZA
RUA: CEZAR LEITÃO, 161 BAIRRO: POR DO SOL
CPF: 112.916.288-51
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.062.0032.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 4,40 X 12,40 = 54,60m²

VALMIR PEREIRA DE ALENCAR
RUA: ANTONIO FERNANDES DA SILVA, 252 BAIRRO: VILA NOVA I
CPF: 395.136.884-53
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 03.092.0328.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 6,50 X 15,49 = 100,10m²

FRANCISCA ALVES DE AMARAL
RUA: DR. FERREIRA JÚNIOR, S/N BAIRRO: SOL NASCENTE
CPF: 646.728.204-25
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.169.00088.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 5,40 X 15,00 = 81,00m²

JOANA D'ARC DE AMARAL VIEIRA
RUA: DR. FERREIRA JUNIOR, S/N BAIRRO: SOL NASCENTE
CPF: 025.712.454-30
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.169.0093.0000.000
TERRENO DIMENSÕES: 5,09 X 14,82 = 75,43m²

C. de A.

IRENE MARAL FRANÇA

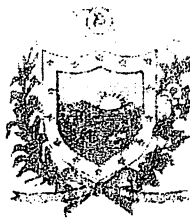
RUA: DR. FERREIRA JUNIOR, S/N BAIRRO: SOL NASCENTE

CPF: 019.774.214-90

INSCRIÇÃO CADASTRAL: 04.169.0108.0000.000

TERRENO DIMENSÕES: 5,30 X 21,96 = 116,40m²

C. A. Reis



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

LEI Nº 1.594/2005.

Autoriza o Poder Executivo, a fazer cessão de uso do imóvel pertencente a este município a SERAFIM LOPES DE SOUZA NETO, conforme especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras **DECRETA**, e eu **SANCIONO** a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o imóvel localizado na Praça Irmã Fernanda, localizada nas Casas Populares, nesta cidade de Cajazeiras, a Sr. SERAFIM LOPES DE SOUZA NETO.

Art. 2º - O imóvel ora cedido, destina-se à instalação de um estabelecimento comercial para venda de lanches e similares, servindo-lhe como sede pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovado, caso haja interesse das partes, tornando a presente cessão nula de pleno direito, se outro destino for dado ao imóvel ora cedido.

Art. 3º - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a realizar os atos necessários ao fiel cumprimento desta Lei, inclusive, com a celebração das cláusulas a serem assumidas pelas partes.

Cen. Des.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 5º - Revogadas às disposições em contrário, especialmente, a Lei Municipal nº 1.585/2005, entrando a presente em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 21 de Outubro de 2005.



DR. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

LEI Nº 1.595/2005 – SGAP.

Denomina de Rua Dirceu Marques Galvão a rua situada no Loteamento Cristo Rei, localizando-se entre as ruas José Moreira de Figueiredo e Sabino Coelho Guimarães, iniciando-se na Rua Barão do Rio Branco e Rua Adriano Arco verde Cavalcante, sentido Sul/Norte e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal DECRETA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Denomina de Rua Dirceu Marques Galvão a rua situada no Loteamento Cristo Rei, localizando-se entre as ruas José Moreira de Figueiredo e Sabino Coelho Guimarães, iniciando-se na Rua Barão do Rio Branco e Rua Adriano Arco verde Cavalcante, sentido Sul/Norte, como uma justa homenagem do Poder Legislativo Cajazeirense.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento desta lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 21 de Outubro de 2005.


Dr. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.596/2005 – SGAP.

Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo Para o Município de Cajazeiras – PB, período 2006/2009, conforme especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal DECRETA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009, em cumprimento do disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras decorrentes, e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos.

Art. 2º. A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do Plano ou projeto de lei específico.

Art. 3º. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, poderá ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

§ 1º. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Cardeal

LD 0
10AS

§ 2º. Fica também o Poder Executivo autorizado a reaproveitar as ações, especificadas no Plano Plurianual, em decorrência da necessidade de mudanças nas propriedades, através da elaboração dos projetos de lei para orçamentos dos anos subseqüentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 21 de Outubro de 2005.



Dr. CARLOS ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.602/2005 – SGAP.

Abre crédito especial para reforço de dotação orçamentária para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinados ao reforço de dotação orçamentária do orçamento do exercício corrente.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente lei, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar os recursos previstos nos artigos 7º e 43, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de publicação com efeitos retroativo a 03 de outubro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 05 de dezembro de 2005.

Dr. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Constitucional do Município



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.603/2005 – SGAP.

Abre crédito especial no valor de R\$ 1.010.000,00 (hum milhão e dez mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD.

09.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

10 – SAÚDE

302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL

0013 -

2066 – Reforma e ampliação do prédio do CAPS AD

3.0.0.0. – Despesas correntes

33.00 – Outras despesas correntes

3390.30 – Material de Consumo.....R\$ 10.000,00

3390.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 20.000,00

4490.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 30.000,00

TOTALR\$ 60.000,00

Cajazeiras

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a aquisição de um mamógrafo.

09.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

AQUISIÇÃO DE MAMÓGRAFO

10 – SAÚDE

301 – ATENÇÃO BÁSICA

0011 – SAÚDE DA FAMÍLIA

2065 – Aquisição de Equipamentos

4.0.0.0.00 – DESPESAS DE CAPITAL

4.4.0.0.00 – Equipamentos

4.4.9.0.52 – Equipamentos e material permanenteR\$ 150.000,00

TOTALR\$ 150.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), destinados a aquisição de um aparelho de hemodiálise.

09.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

AQUISIÇÃO DE APARELHO DE HEMODIÁLISE

10 – SAÚDE

301 – ATENÇÃO BÁSICA

0011 – SAÚDE DA FAMÍLIA

2065 – Aquisição de Equipamentos

4.0.0.0.00 – DESPESAS DE CAPITAL

4.4.0.0.00 – Equipamentos

4.4.9.0.52 – Equipamentos e material permanenteR\$ 800.000,00

TOTALR\$ 800.000,00

Art. 4º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente lei, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar os recursos provenientes do Ministério da Saúde e contrapartida com o Município.

Art. 5º. Permanecem inalteradas as demais receitas e despesas previstas na Lei nº 1.550/2004 – SGAP.



Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de publicação com efeitos retroativo a 03 de outubro de 2005.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA
PARAÍBA**, em 05 dezembro de 2005.



Dr. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Constitucional do Município



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.604/2005 – SGAP.

Abre crédito especial no valor de R\$ 370.573,22 (trezentos e setenta mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 370.573,22 (trezentos e setenta mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), destinados a conclusão da reforma do Hospital Regional de Cajazeiras.

11.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

10 – SAÚDE

302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

2069 – CONCLUSÃO DA REFORMA DO HOSPITAL REGIONAL

4.0.0.0.00 – Despesas de Capital

4.4.0.0.00 – Investimentos

4.4.9.0.51 – Obras e instalações.....R\$ 370.573,22

TOTALR\$ 370.573,22

Cerqueira

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente lei, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Estado da Paraíba - FDE e contrapartida com recursos próprios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

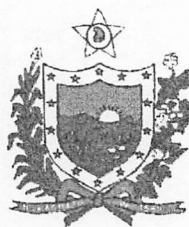
Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de publicação com efeitos retroativo a 01 de dezembro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 19 de dezembro de 2005.



Dr. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Constitucional do Município



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.605/2005 – SGAP.

Abre crédito especial no valor de R\$ 60.000,00
(sessenta mil reais), para os fins que especifica e dá
outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, faz
saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO a
presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no
valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a implantação da Farmácia
Popular do Brasil.

11.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

10 – SAÚDE

301 – ATENÇÃO BÁSICA

2068 – FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL

3.0.0.0.00 – Despesas Correntes

3.3.0.0.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.9.0.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas JurídicasR\$ 60.000,00

TOTALR\$ 60.000,00

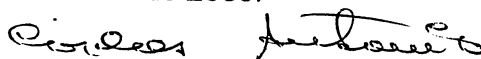
C. L. L.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente lei, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar os recursos provenientes do Ministério da Saúde e contrapartida com recursos próprios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de publicação com efeitos retroativo a 01 de dezembro de 2005.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA
PARAÍBA**, em 19 de dezembro de 2005.



Dr. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Constitucional do Município



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.606/2005 – SGAP.

Abre crédito especial no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), destinados a aquisição de equipamentos para o polo de modas.

06.00 – SECRETARIA DE CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

334 – FOMENTO AO TRABALHO

1046 – IMPLEMENTAÇÃO DO POLO DE MODAS

2067 – Aquisição de equipamentos para o polo de modas

4.0.0.0.00 – Despesas de capital

4.4.0.0.00 – Investimentos

4.4.9.0.52 – Equipamentos e Material Permanente

*TOTAL R\$ 126.000,00

R\$ 126.000,00

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da prestação de serviços de saúde, o Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar os recursos provenientes do convênio nº 005/2005, celebrado com a SINEP – PB e contra partida com recursos próprios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de publicação com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 19 de dezembro de 2005.



Dr. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Prefeito Constitucional do Município



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.607/2005 – SGAP.

Estima e Receita e Fixa a Despesa do Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, para o exercício financeiro do ano de 2.006 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAIBA, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras, DECRETA E EU SANCIONO, a presente lei:

Art. 1º - O orçamento geral do município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, para o exercício financeiro do ano de 2.006, discriminados nos anexos integrantes desta lei, que estima a receita no valor de R\$ 32.922.688,00 (trinta e dois milhões, novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais), e fixa as despesas em igual valor, regido pela presente lei.

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimentos de fundo e outras fontes de renda na forma da legislação em vigor e nas especificações constantes desta lei, de acordo com o seguintes desdobramentos:

I – RECEITAS CORRENTES	VALOR (EM R\$)
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA	1.240.800,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	212.300,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	167.800,00
1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.195.183,00
1.5. OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.160,00

Carla

II - RECEITAS DE CAPITAL	VALOR (EM R\$)
2.1. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.193.700,00
2.2. RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF	2.124.255,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	32.922.688,00

III – DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO	VALOR (EM R\$)
01 – LEGISLATIVA	1.288.600,00
04 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.464.155,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	660.000,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.000,00
20 – AGRICULTURA	830.000,00
12 - EDUCAÇÃO E CULTURA	12.421.265,00
15 – URBANISMOS	3.258.843,00
10 – SAÚDE	10.840.875,00
26 - TRANSPORTES	211.000,00
77 - RESERVA LEGAL RPPS	20.500,00
99 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	737.450,00
TOTAL GERAL	32.922.688,00

Art. 3º - A despesas será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos desta lei, de modo a atender aos encargos do município com a manutenção dos serviços públicos, transferências de despesas de capital, conforme discriminação abaixo:

II - DESPESA	VALOR (EM R\$)
3.1. CÂMARA MUNICIPAL	1.288.600,00
3.2. SECRETARIA DE GOVERNO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA	796.897,00
3.3. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	69.912,00
3.4. SUPERINTENDÊNCIA COMUNICAÇÃO	160.346,00
3.5. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	84.477,00
3.6. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	581.642,00
3.7. SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA	667.381,00
3.8. SECRETARIA DE CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL	660.000,00
3.9. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	11.498.665,00

Cirilo

4.0. SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E TURISMO	922.600,00
4.1. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	3.258.843,00
4.2. SECRETARIA DE SAÚDE	3.382.880,00
4.3. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.457.995,00
4.4. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INT. E AGRICULTURA	830.000,00
5.4. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSIST. MUNICIPAL – IPAM	190.000,00
5.6. SUPERINTENDÊNCIA CAJ. DE TRANSPORTES – SCTTRANS	211.000,00
4.7. SUPERINTENDÊNCIA DO MEIO AMBIENTE - SUMMAC	103.500,00
4.8. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	737.450,00
4.9. RESERVA LEGAL	20.500,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	32.922.688,00

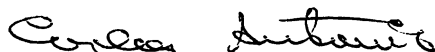
Art. 4º - De acordo com o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição da Republica Federal do Brasil, nos termos dos artigos 7º e 43º, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Suplementar até o limite de 100%, do total da despesa fixada nesta lei.

Art. 5º - Para cobertura da abertura dos credito suplementares constantes do disposto no artigo 4º desta lei, o poder Executivo poderá utilizar os recursos previstos nos incisos I, II, III e IV do parágrafo I, do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17.03.1.964.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro do ano de 2.006.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras, em 19 de Dezembro de 2005.



Dr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira

Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.608/2005 – SGAP.

Modifica a Estrutura e Organização Básica da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, altera o Anexo I da Lei Municipal nº 1.558/2004, na forma que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAIBA, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras, DECRETA E EU SANCIONO, a presente lei:

Art. 1º - Fica modificada a Estrutura de Organização Básica da Secretaria de Saúde do Município, constante do anexo I, da Lei Municipal nº 1.558/2004, implementando as seguintes alterações:

I – O Departamento de Controle, Prestação de Contas e Acompanhamento de Convênios passa a ter a denominação de Departamento de Contabilidade, mantendo o mesmo símbolo anterior (CCS-2).

II – A Divisão de Convênios do Departamento de Controle, Prestação de Contas e Acompanhamento de Convênios passa a ter a denominação de Divisão de Apoio e Convênios, mantendo o mesmo símbolo anterior (CCS-3).

III – A Divisão de Controle da Despesa do Departamento de Controle, Prestação de Contas e Acompanhamento de Contas e Acompanhamento de Convênios passa a ter a denominação de Divisão de Empenho e Controle da Despesa, mantendo o mesmo símbolo anterior (CCS-3).

IV – O Departamento de Finanças para a ter a denominação de Tesouraria, mantendo o mesmo símbolo anterior (CCS-2).

Art. 2º - As modificações ora implementadas não acarretam aumento de despesa, sendo, portanto, em consonância com os dispositivos legais vigentes.

Carla

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras, em 20 de Dezembro de 2005.



Dr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira

Prefeito Municipal